

Nota informativa

Relatório “Estudo Econômico da América Latina e do Caribe 2012”:

Países da região têm espaço fiscal para enfrentar adversidades externas

(2 de outubro de 2012) Nos últimos anos a América Latina e o Caribe teve que sobreviver a três tipos de choques externos adversos, enfrentados com as diversas políticas e medidas. A adversidade externa refletiu-se sobretudo na volatilidade, tanto do crescimento como do investimento (ver gráfico anexo). A partir da experiência com as políticas adotadas entre 2008 e 2009, a região teve um aprendizado importante, permitindo que ela enfrente as atuais turbulências com certas vantagens.

No relatório [Estudo Econômico da América Latina e do Caribe 2012](#), apresentado hoje pela **CEPAL**, são analisadas as medidas adotadas pelos países de 2008 a 2012, e são apresentados os desafios futuros da política macroeconômica da região.

Os três momentos-chave das adversidades externas que a região teve que enfrentar são: 1) O aumento dos preços dos alimentos e combustíveis em 2008; 2) A crise financeira mundial, que teve suas maiores consequências entre setembro de 2008 e final de 2009; e 3) A incerteza internacional e a desaceleração do crescimento econômico mundial, a partir do segundo semestre de 2011.

Como resposta dos países predominou a adoção de uma política fiscal contracíclica. Entre 2003 e 2008 a política fiscal orientou-se para a geração de superávits primários e para a redução da dívida pública. Este ano buscou-se também reorientar o gasto e os impostos, a fim de evitar os efeitos regressivos do aumento de preços. Em 2009 aumentou-se o gasto público, para

estabilizar a demanda interna e, a partir de 2010 iniciaram-se várias reformas tributárias a fim de consolidar as finanças públicas.

O estudo indica que os momentos adversos enfrentados entre 2008 e 2012 foram combatidos com: a) Uma combinação de políticas monetárias restritivas e apreciação cambial diante do aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis em 2008; b) Aumentos da liquidez, reduções da taxa de juros de referência e depreciações cambiais durante a crise financeira mundial em 2009; e c) Cautela, a partir do segundo semestre de 2011 até hoje.

As políticas sociais e do trabalho reforçaram-se durante o período mais crítico da crise em 2008 e 2009, com medidas como a redução transitória de impostos ou contribuições patronais, transferências, subsídios, aumentos do salário mínimo, programas de capacitação e trabalho em tempo parcial, projetos de emergência, fortalecimento transitório de pensões e aposentadorias, programas de apoio alimentar e de moradia social e bônus para pessoas ou domicílios vulneráveis.

Quanto às políticas comerciais e setoriais, em 2008 reduziram-se as tarifas alfandegárias e apoiou-se o setor agropecuário; em 2009 houve uma redução transitória de impostos e de incentivos financeiros para moradia e PMEs. Em 2011 e 2012 foram dados incentivos e proteção para o setor industrial.

Em seu relatório, a **CEPAL** indica que o investimento na região tem sido especialmente vulnerável aos choques externos. Também mostra os desafios futuros para que a política macroeconômica regional, contribua para estabilizar o crescimento, o investimento e o emprego.

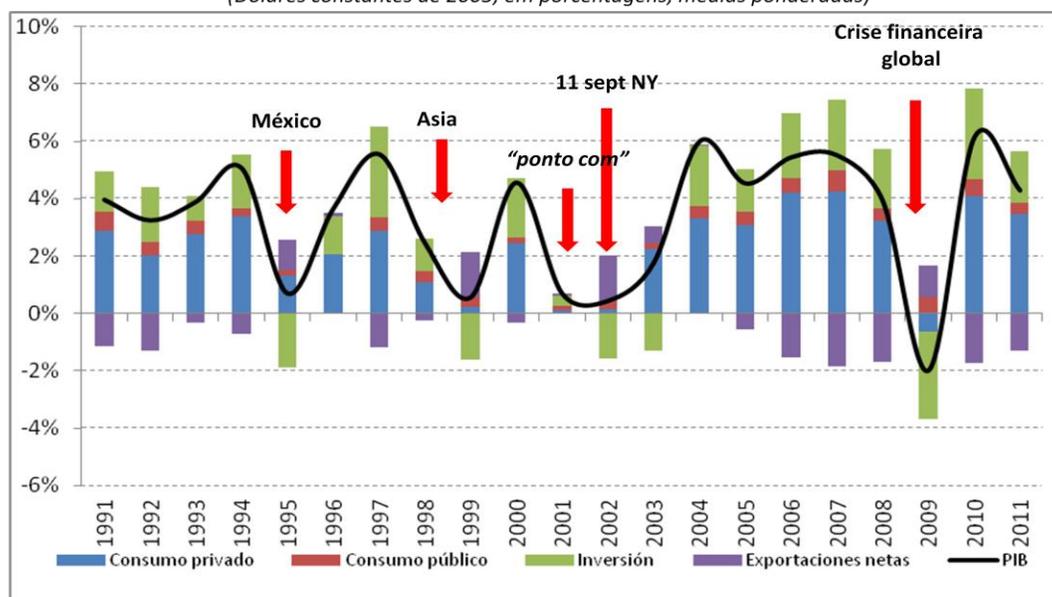
Para abordá-los, há seis lições aprendidas pela experiência da região diante dos cenários externos adversos: 1) Antes de aproveitar o espaço fiscal diante de uma deterioração muito forte da demanda externa, devem-se reconhecer as limitações da política fiscal contracíclica em um cenário de lento crescimento prolongado; 2) Convém fortalecer (diante da instabilidade e da desigualdade) estabilizadores fiscais automáticos, como os impostos de base ampla e progressivos; 3) Convém estabelecer regras fiscais automáticas de ajuste do déficit somente no caso de estar garantido o fortalecimento fiscal, com governos subnacionais solventes, flexibilidade orçamentária e um pacto fiscal para que as regras sejam respeitadas;

4) A política laboral deve coordenar-se com a fiscal, para evitar que contrações do consumo interno prejudiquem o crescimento e a distribuição de renda; 5) Justifica-se implementar medidas macroprudenciais e de gestão de reservas para administrar a conta de capitais e estabilizar a taxa de câmbio; e 6) Convém integrar a política estabilizadora com outras políticas que incidam na oferta e na demanda externa, como a industrial, do trabalho, financeira e comercial.

Salvo algumas exceções, especialmente no Caribe e em alguns países da América Central, os governos da região dispõem de espaço fiscal para enfrentar cenários adversos, afirma a **CEPAL**. Acrescenta que existem espaços de cooperação financeira regional que podem complementar as ações nacionais, entre eles a ação contracíclica dos bancos de desenvolvimento, a redução do custo de seguros dos fundos regionais de reserva, os sistemas de pagamentos que reduzem os custos de transação e espaços de diálogo e intercâmbio de informação.

AMÉRICA LATINA E CARIBE: TAXA DE VARIÇÃO DO PIB E CONTRIBUIÇÃO AO CRESCIMENTO DOS COMPONENTES DA DEMANDA AGREGADA

(Dólares constantes de 2005, em porcentagens, médias ponderadas)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) com base em estatísticas oficiais.